

ORIGINAL

Editor

Luciana Haddad Ferreira

Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Chamada nº 09/2022 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

6 set. 2024

Versão final

27 dez. 2024

Aprovado

27 jan. 2025

Eu faço parte da pesquisa¹: PIBIC-EM, participação juvenil e direito à cidadania

“I am part of the research²”: PIBIC-EM, youth participation, and the right to citizenship

Luciana Lobo Miranda¹ , Tadeu Lucas de Lavor Filho² , Mayara Ruth Nishiyama Soares³ , Antonio Marlon Coutinho Barros⁴ , Lara Thayse de Lima Gonçalves⁵ 

¹ Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Fortaleza, CE, Brasil. Correspondência para: L. L. MIRANDA. E-mail: <luciana.miranda@ufc.br>.

² Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família. Fortaleza, CE, Brasil.

³ Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos de Limoeiro do Norte. Fortaleza, CE, Brasil.

⁴ Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Fortaleza, CE, Brasil

⁵ Centro Universitário da Grande Fortaleza. Fortaleza, CE, Brasil.

Como citar este artigo: Miranda, L. L. et al. “Eu faço parte da pesquisa¹”: PIBIC-EM, participação juvenil e direito à cidadania. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 30, e14564, 2025. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v30a2025e14564>

Resumo

O Programa de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) é uma política pública desenvolvida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de incentivo à construção de pesquisas em uma parceria universidade-escolas de Ensino Médio, cujo objetivo é popularizar a produção científica. Neste artigo propõe-se discutir o PIBIC-EM como dispositivo de formação de jovens pesquisadores para pensar a participação juvenil e o direito à cidadania em escolas da periferia de Fortaleza/CE, e, para isso, foram discutidos, ao longo do texto, dois processos de pesquisa-intervenção, com as temáticas vínculo e questões de gênero, desenvolvidos através do PIBIC-EM no contexto de duas escolas públicas. Conclui-se que esse programa pode estimular a inserção social e a agenda política das juventudes, além de constituir-se em um modo de fomentar a participação juvenil em processos investigativos, imprimindo uma radicalidade nessa relação com os “objetos de pesquisa” por afirmar um espaço de coparticipação no processo de produção de pesquisas científicas através.

Palavras-chave: Escola pública. Juventudes. Pesquisa. Psicologia.

Abstract

The PIBIC-EM is a public policy aimed at promoting research construction in a partnership between universities and high schools, seeking to popularize scientific production. In this article, we propose to discuss PIBIC-EM as a device for training young researchers to consider youth participation and the right to citizenship in peripheral schools in Fortaleza/CE. To do this, we discuss, throughout the text, two research-intervention processes, focusing on the themes of attachment and gender issues, linked to PIBIC-EM program in the context of two public schools.

We conclude that this program is a form of social insertion and political agenda for young people, as well as a way to foster youth participation in investigative processes, imprinting a radicality in this relationship with the “research objects” by affirming a space of co-participation in the process of producing scientific research through researching with young people in their school communities.

Keywords: Public school. Youth. Research. Psychology.

Introdução

Este artigo propõe discutir o Programa de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM)⁶ como dispositivo de formação de jovens pesquisadores para pensar a participação juvenil e o direito à cidadania em escolas da periferia de Fortaleza/CE. A partir do projeto de extensão “É da Nossa Escola que Falamos”, que articula extensão e pesquisa com estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, foram desenvolvidas atividades de pesquisa-intervenção com agentes escolares em diferentes territorialidades da cidade de Fortaleza, promovendo a formação de pesquisadores de seu próprio cotidiano escolar em diversas temáticas, com o propósito de consolidar uma atuação crítica e inovadora sobre a relação entre a universidade e sua responsabilidade social na sociedade⁷.

A atuação da universidade e seus impactos de responsabilidade social têm sido tema de debates de autores como Calderón, Pedro e Vargas (2011), Sobrinho (2015), Lorandi (2016) e Lavor Filho *et al.* (2021). Para eles, os impactos científicos e sociais do tripé universitário ensino, pesquisa e extensão são considerados um paradigma operacional indissociável da função social, ética, política e transformadora do conhecimento produzido na relação sociedade-universidade.

Garcia e Torres (2016) e Lavor e Filho *et al.* (2021) enfatizam que, no Brasil, os impactos sociais da extensão e da pesquisa têm se debruçado em estabelecer intervenções e produções problematizadoras da realidade social, convocando a formação do Ensino Superior pautada na inovação e na sustentabilidade da ciência. Assim, reconhece-se que a atuação pesquisa-extensão, é uma condição intrínseca de um mesmo processo de construção de saberes e engendramento de análises que transformam o território e as relações interpessoais, colocando na ordem do dia a função social da universidade (Miranda *et al.*, 2018; Miranda *et al.*, 2020).

Ainda, a democratização da produção do conhecimento científico em torno da atuação da universidade-sociedade pode ser fomentada como um desafio a ser superado, como aponta Appadurai (2006). O antropólogo problematiza a paroquialização histórica das universidades ocidentais e eurocêntricas baseadas no status de detentoras de saber e de responsáveis pela divulgação da informação, o que ajudou na deslegitimação de saberes frutos de construções de pesquisas lideradas pela cotidianidade de instituições outras, pelos movimentos sociais e por sujeitos fora do eixo norte.

Tendo como base a pesquisa-ação participativa-crítica, busca-se, na democratização da pesquisa, uma possibilidade de justiça social, pois considera-se como importantes para instigar o pensamento e a produção de saberes, através de seus princípios éticos e epistemológicos (Torre, 2014), não apenas os conhecimentos oriundos da academia, mas também os que são produzidos por meio da experiência vivida, assumindo-se, assim, uma postura central de descolonização do conhecimento próprio da produção da pesquisa (Appadurai, 2006; Mignolo, 2009).

⁶ Programa ligado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja política pública está vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Governo Federal do Brasil.

⁷ O projeto “É da Nossa Escola que Falamos” é cadastrado e financiado pela Pró-Reitoria de Extensão (PREX) da Universidade Federal do Ceará e teve início em 2018. Ele é desenvolvido pelo Laboratório de Psicologia Subjetividade e Sociedade (LAPSUS), cadastrado no diretório do CNPq.

Esse princípio encontra-se articulado à pesquisa-intervenção, que questiona o lugar de neutralidade da ciência e, baseada em processos de conhecimentos coletivos, rompe com a dualidade de pesquisar e intervir em prol do desenvolvimento de metodologias participativas, tornando-se necessária uma mudança na postura do pesquisador e dos pesquisados, “uma vez que todos passam a ser coautores do processo de diagnóstico da situação-problema e da construção de caminhos para o enfrentamento e solução das questões” (Rocha; Aguiar, 2007, p. 652). Assim, em última instância, o que está em jogo não é pesquisar *SOBRE* o outro, mas *COM* o outro (Moraes; Tavares, 2014). No campo educacional, a pesquisa-intervenção encontra-se articulada ao movimento institucionalista, que rompe com a visão adaptacionista das práticas *psi* nas escolas e promove uma análise coletiva das instituições que atravessam o cotidiano escolar, bem como a implicação e a criação de proposições também de forma conjunta (Veronese; Machado, 2022).

De forma mais abrangente, o PIBIC foi criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1988, no processo de redemocratização do país, com o intuito de capacitar a formação de universitários no âmbito da pesquisa e divulgação científica com financiamento de diferentes agências de fomento. Em 2003 foi criada a modalidade destinada à participação de estudantes secundaristas de escolas públicas enquanto bolsistas de pesquisas (Brasil, 2013; Oliveira; Bianchetti, 2018) que, em 2010, passou a se chamar PIBIC-EM.

A proposta de desenvolvimento e de execução do PIBIC-EM como uma política pública de articulação da universidade-escola consolida-se como um programa federal atuante no fomento da popularização da ciência, reconhecendo seus impactos técnicos e sociais no desenvolvimento tecnológico, econômico, cultural e inclusivo da população. O programa tenta superar em alguma medida a hierarquização e a inacessibilidade da divulgação científica, e, por isso, desde a década de 1990 a criação de programas de popularização das produções intelectuais e colaborativas no Brasil vem sendo discutida, bem como a interiorização de pesquisas (Brasil, 2013).

Na Universidade Federal do Ceará, desde 2019, o projeto “É da Nossa Escola que Falamos”, tem sido contemplado com a aprovação de projetos de pesquisa que discutem a participação juvenil e seu fortalecimento na produção de análises sobre o próprio chão da escola, vinculados a dissertações e teses do programa de pós-graduação em Psicologia da mesma instituição. Essas pesquisas, bem como o PIBIC-EM, estão articulados a dois projetos guarda-chuva: “Escola, promoção de saúde e modos de subjetivação em tempos de pandemia” e “Cartografia de práticas culturais periféricas do cotidiano de coletivos juvenis na cidade de Fortaleza”⁸. Nesse sentido, através do pesquisar *COM*, o PIBIC-EM tem se assumido, nas pesquisas desenvolvidas pelo grupo, como dispositivo central na relação entre universidade e escola públicas (Soares *et al.*, 2021). Enquanto mecanismo, é através da centralidade do PIBIC-EM que se produz sua capacidade de fazer ver e falar não apenas a micropolítica do cotidiano das escolas envolvidas, mas o próprio compromisso social da relação universidade-escola.

Além da execução de pesquisas em que os secundaristas são pesquisadores proponentes, junta-se a esse processo a educação continuada da extensão universitária preconizada pelo Ministério da Educação (Brasil, 2018), em que universitários e pós-graduandos, além de se qualificarem na atuação crítica da Psicologia, também desenvolvem produtos técnicos e científicos em diversos trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, frutos dessas experiências. Por isso, lança-se um convite aos leitores para conhecerem um pouco

⁸ Iniciado em 2021, o projeto “Escola, Promoção de saúde e Modos de subjetivação em tempos de pandemia”, tem um convênio da Universidade Federal do Ceará com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Fortaleza através do edital SME/UFC nº 01/2022. Já o projeto “Cartografia de práticas culturais periféricas do cotidiano de coletivos juvenis na cidade de Fortaleza” iniciado em 2020.

do trabalho com o PIBIC-EM, e, sobretudo, os processos de inter(in)venção metodológicos e participativos com uma psicologia crítica pautada na transformação da realidade social a partir de uma política pública que articula a produção de conhecimentos com estudantes secundaristas.

Dessa forma, as pesquisas vinculadas ao PIBIC-EM não se dividem entre o que é feito por graduandos, pós-graduandos e professores universitários em uma posição de especialistas e aquilo que é realizado por secundaristas a partir de uma suposta passividade associada ao lugar de aluno. Vai-se na contramão dessa repartição para construir investigações que evoquem o entrelaçamento dos atores que compõem esses processos, sem desconsiderar suas diferenças e as possibilidades de aprendizado mútuo na produção das pesquisas em grupo. Por isso, a partir do ethos da pesquisa-ação participativa-crítica, considera-se o conceito de zonas de contato (Miranda *et al.*, 2020) como um operador analítico da forma como são produzidas as pesquisas participativas; isto é, de um modo de operar a construção de um objetivo comum a partir dos diferentes lugares ocupados pelos pesquisadores para o estabelecimento de pesquisas que não separam o que é da universidade e o que é da escola, mas que unem investigadores de diferentes espaços em um processo coletivo e comum.

Até o presente momento, somam-se seis pesquisas concluídas e uma em andamento. Para o desenvolvimento deste artigo, focar-se-á na discussão de duas pesquisas PIBIC-EM realizadas entre os anos de 2021 e 2023 com duas escolas distintas de periferias de Fortaleza/CE em que estudantes secundaristas e universitários colaborativamente construíram desde a formulação do problema de pesquisa até a divulgação das análises, de modo a discutir a formação de jovens pesquisadores para pensar a participação juvenil e o direito à cidadania. A primeira discutiu a formação de vínculo dos diversos atores escolares com a escola durante a pandemia, enquanto a segunda pesquisa teve como objetivo analisar, tendo como base um prisma interseccional, as relações de gênero no cotidiano escolar.

Duas pesquisas com objetos distintos, mas com um plano comum de desenvolver uma política de investigação em que jovens compõem a equipe de pesquisadores e discutem a micropolítica do seu cotidiano escolar.

As pesquisas foram submetidas e aprovadas pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CAAE: 45292921.1.0000.5054 e 38817520.2.0000.5054) da Universidade Federal do Ceará.

PIBIC-EM e a formação de vínculos entre diversos atores escolares com a escola em tempos de pandemia

Um dos projetos desenvolvidos com o PIBIC-EM intitulou-se “Formação de Vínculos em Tempos de pandemia: Cartografando com a comunidade escolar”. A pesquisa faz parte da dissertação de mestrado de título homônimo e da pesquisa guarda-chuva “Escola, Promoção de Saúde e Modos de Subjetivação em tempos de pandemia”, financiada pelo CNPq, iniciada com o propósito de problematizar os efeitos da pandemia de COVID-19 nos modos de subjetivação de estudantes secundaristas e professores da rede pública do Ceará.

Iniciada na segunda metade de 2021, a pesquisa se caracterizou pelo formato híbrido. Malgradas as contingências adversas que impediam o grupo de habitar fisicamente o território escolar, a pesquisa foi iniciada ainda no formato remoto, sem haver uma vivência prévia com a escola em contexto pré-pandêmico. A pesquisa teve entre seus pesquisadores secundaristas de uma escola pública de Ensino Médio do bairro João Paulo II, região conhecida como Grande Jangurussu e que abrange bairros periféricos com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade de Fortaleza (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, 2010).

A produção da pesquisa deu-se de maneira remota e os encontros presenciais ocorreram conforme a possibilidade de abertura e flexibilização do distanciamento social. O grupo foi composto por estudantes do Ensino Médio, entre os quais dois bolsistas PIBIC-EM e uma estudante voluntária, e discentes de graduação e pós-graduação da UFC. Era preciso estudar os modos de vinculação com a escola no contexto da pandemia, mas, sobretudo, construir laços, de forma remota, entre os/as participantes e a própria pesquisa. Os primeiros encontros remotos com os jovens eram dedicados tanto ao fortalecimento das relações entre o grupo quanto à formação de pesquisadores.

Nesse percurso foram desenvolvidas atividades que trabalharam desde noções básicas, conceitos, definições, métodos e instrumentos de pesquisa através de diversas ferramentas que ampliaram a forma de visualizar uma produção de saber não apenas por meio do uso de textos acadêmicos, mas também de outras ferramentas, como episódios de séries, documentários e vídeos de internet (como *Love, Death and Robots*; *Professor Polvo*; *Explicando o Coronavírus* e *Rick and Morty*), tentando aproximar a ciência de uma experiência e de algo com o que os estudantes possuíam mais afinidade.

Em um momento posterior foi trabalhado com o grupo conceitos importantes para a pesquisa em questão, como vínculo, pandemia, ensino remoto e suas relações com o cotidiano escolar. Com os jovens bolsistas, foram debatidos em termos micropolíticos os efeitos da pandemia na relação deles com os estudos e as angústias vivenciadas por eles, articulando a contextos macropolíticos, como análise de taxas de evasão e discussão do impacto da pandemia na educação pública, entre outros temas; ou seja, era preciso ligar as vivências micropolíticas deles para que pensassem na criação de uma pesquisa com a escola como lócus do processo. Ainda de forma remota, o *Jamboard* (quadro interativo desenvolvido pelo Google) foi utilizado como ferramenta de discussão e de sistematização. Nele foram inseridas as impressões do grupo relacionadas às questões debatidas nos encontros virtuais, gerando diversas produções conforme ilustra a Figura 1.

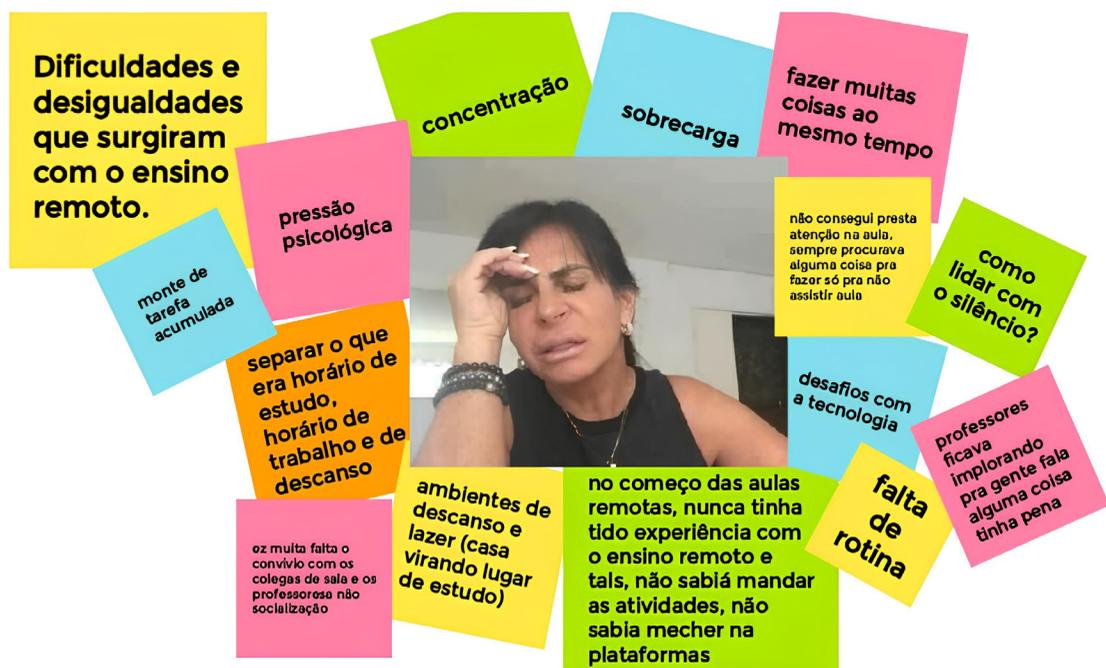


Figura 1 – Produção coletiva no *Jamboard* 1.

Fonte: Arquivo pessoal (2021).

Optou-se por realizar entrevistas de manejo cartográfico com representantes da comunidade escolar como estratégia de discussão sobre a formação de vínculos com a escola durante a pandemia de COVID-19, tendo os jovens bolsistas PIBIC-EM como entrevistadores. A entrevista de manejo cartográfico caracteriza-se como uma possibilidade de construção de um espaço de potência criado através do manejo e da implicação dos pesquisadores com a experiência da entrevista, entendendo que o cartógrafo, ao realizar a entrevista, acompanha o movimento e os momentos de mudança, com o objetivo de captar a experiência (Tedesco; Sade; Caliman, 2014). Assim, criou-se uma pesquisa em que os estudantes pensaram objetivos, público-alvo e local no qual os jovens pesquisadores do cotidiano escolar produziram a investigação, direcionando seus olhares para o que consideraram importante estar em pauta durante as entrevistas.

Foram realizadas nove entrevistas com diferentes agentes escolares, sendo cinco estudantes, três professores e uma gestora. Todas foram protagonizadas pelos bolsistas PIBIC-EM, que conduziram o processo, e aconteceram presencialmente, dentro do espaço escolar, com o retorno das atividades presenciais. Após as primeiras experiências e aproximações com o ato de entrevistar, as/os jovens começaram a se sentir confiantes a ponto de se tornarem autônomos e realizarem as atividades sem que os pesquisadores da universidade estivessem presentes, demonstrando uma apropriação e um sentimento de pertencimento com relação à pesquisa.

É observando a realidade a ser investigada, integrada por processos e objetos que se delineiam pelos mais diferentes contornos, sejam eles precisos ou mesmo atemporais, que se dão as reflexões sobre a pesquisa (Tedesco; Sade; Caliman, 2014). Faz-se interessante observar como as/os estudantes conseguiram dar conta de alinhar suas próprias experiências referentes ao cotidiano escolar com o manejo da entrevista. É observando as mais diferentes pistas e vivências que as/os jovens encarnam o pesquisador/entrevistador.

Foi na experiência das entrevistas que uma das pesquisadoras encontrou uma relação de construção do manejo cartográfico. Para ela, a importância da experiência compartilhada entre ela enquanto pesquisadora e os entrevistados atravessa a direção de algo que ambos viveram (Tedesco; Sade; Caliman, 2014).

O plano da experiência possibilita a construção de reflexões que agrega uma relação de sujeitos e objetos e confrontam uma perspectiva de representação dos fenômenos. Conhecer e habitar a experiência da pesquisa fazem parte do mesmo campo da processualidade, e os atos de tecer uma cartografia constituem-se em forças moventes sobre a investigação. Assim, habitar, conhecer, intervir, mudar e se afetar são esforços que constroem uma análise de pesquisa na cartografia (Escóssia; Tedesco, 2015).

Uma das jovens pesquisadoras do cotidiano escolar que participou da construção da pesquisa era bolsista da busca ativa. Durante os encontros, ela relatava suas experiências com os colegas na procura por estudantes com dificuldades de permanecer estudando durante a pandemia.

Em um encontro em que foi partilhado sobre como se dava a entrevista de manejo cartográfico, a estudante trouxe, a partir de suas vivências, pistas que a fizeram entender o processo de maneira mais rápida. Ela alinhou sua própria experiência enquanto bolsista do Programa de Busca Ativa Escolar com a entrevista da pesquisa. Contou que, durante o ano de 2021, ela e um grupo de estudantes, através de incentivo de um programa do governo do estado, realizaram ações de busca ativa em que ela cooperava com a escola e com os professores em momentos que iam desde acompanhar a infrequência de estudantes e o desenvolvimento de atividades nas diversas disciplinas até, quando necessário, realizar visitas aos estudantes infrequentes e tentar fazer com que eles voltassem a realizar os exercícios e acompanhar as aulas remotas.

A bolsista traçou um paralelo entre a entrevista de manejo cartográfico e sua experiência com a busca ativa, onde o mais importante não era chegar já perguntando ao aluno infrequente sobre o que lhe havia feito desistir, muito menos convencê-lo a retornar para a escola, e sim tentar conversar, saber como a pessoa estava e o que tinha se passado para que ela tivesse desistido da escola, entendendo seus problemas e tendo um novo olhar sobre a situação. Na entrevista cartográfica, é esse olhar ao movimento e às falas e esse acompanhar os momentos e as mudanças que fazem a entrevista (Tedesco; Sade; Caliman, 2014). Era depois desse pouso na experiência que a estudante chegava até o colega e conversava sobre as possibilidades de garantir um retorno à escola, intermediando, de maneira horizontalizada, esse possível regresso à instituição. Em ambas as experiências, na busca ativa e na entrevista de manejo cartográfico, faz-se necessário habitar o território do outro.

Em seguida, o coletivo de pesquisa realizou as transcrições e análises dos trechos importantes das entrevistas, categorizando-as em seis grandes grupos: “pandemia”, “escola”, “vínculo”, “pandemia e escola”, “discussão sobre o processo de pesquisa” e “outros”, a partir dos quais foram realizadas as análises, com a equipe sendo liderada pelos jovens do PIBIC-EM, e a restituição da pesquisa à escola foi construída, com os bolsistas decidindo quais resultados gostariam de discutir com a comunidade escolar. A restituição foi realizada através de uma oficina, para a qual os bolsistas PIBIC-EM produziram os slides, marcaram a sala de informática e convidaram todos os entrevistados, bem como a gestão escolar e representantes de todas as salas da escola, em que foi apresentada a análise coletivamente produzida por eles/elas sobre a formação de vínculos com a escola em tempos de pandemia.

A restituição é parte importante no processo de pesquisar. Através dela, a comunidade escolar é incluída no processo de conhecimento da pesquisa, coletivizando o saber produzido e os dados analisados. É através desse momento que deslocamentos entre pesquisador e pesquisado são produzidos (Almeida *et al.*, 2018). Durante a restituição, as/os jovens apresentam o percurso da pesquisa através de uma linha do tempo das atividades desenvolvidas desde o início do processo; falaram sobre a escola, os conceitos estudados, as entrevistas e as análises, e relacionaram artigos científicos a trechos transcritos das atividades realizadas, demonstrando, assim, o quanto o processo investigativo pode ser um dispositivo de exercício de cidadania.

PIBIC-EM e jovens pesquisadores sobre gênero no cotidiano escolar

O ano de 2022 se caracterizou como o primeiro inteiramente presencial após dois anos de ensino remoto. Nesse contexto, foi decidido, no segundo semestre de 2022, que era hora de expandir o dispositivo PIBIC-EM para uma nova escola. A pesquisa “Corpografias (arte)sanais na encruzilhada: uma pesquisa-intervenção com juventudes na tessitura escolar” estava vinculada a uma dissertação de mestrado, e compõe o guarda-chuva “Cartografia de práticas culturais periféricas do cotidiano de coletivos juvenis na cidade de Fortaleza”. Esse projeto PIBIC-EM tinha como objetivo analisar como jovens de uma escola pública de Ensino Médio localizada em Fortaleza/CE enunciavam, sobre um prisma interseccional, as relações de gênero por meio de dispositivos artísticos no cotidiano escolar.

A partir do contato com escolas de Ensino Médio do Grande Bom Jardim, região da periferia de Fortaleza, possibilitado por uma aproximação do projeto “Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências”, ligado à Secretaria de Cultura da Universidade Federal do Ceará, com coletivos existentes nesse território desde 2021, foi implementado o projeto de PIBIC-EM em uma das escolas. A entrada na escola escolhida se deu através de uma intervenção anterior realizada pelo

Artes Insurgentes, em que integrantes foram convidados a fazer uma mediação sobre um caso de assédio ocorrido no ambiente escolar. Esse acontecimento possibilitou uma aproximação com o núcleo gestor e com alunas da escola, que criaram o coletivo *Female Power* com o objetivo de pensar em ações envolvendo gênero e sexualidade a serem desenvolvidas no cotidiano escolar. No meio desse cenário, o grupo universitário se inseriu nessas redes e linhas de luta e disputa, pois a primeira violação desencadeou uma série de violências, da exposição de uma estudante, suposta vítima, à retaliação, presencial e virtual, do suposto assediador, que, diante de ameaças, acabou transferido de escola como forma de preservação de sua vida. Buscando fortalecer o compromisso e a inserção social desse grupo de pesquisa, problematizando preconceitos com corpos considerados abjetos, decidiu-se propor um aprofundamento nas questões relacionadas a gênero naquele espaço escolar. Assim, a pesquisa em questão emergiu de uma problemática existente na micropolítica do cotidiano escolar em questão, o assédio relacionado a gênero, com a aliança entre a universidade e a escola se colocando na potência de criar espaços de discussão e de enfrentamento.

Estudantes de pós-graduação e de graduação da Universidade Federal do Ceará, dois estudantes do primeiro ano de uma escola pública estadual de Ensino Médio localizada no Grande Bom Jardim, bolsistas PIBIC-EM e duas voluntárias integrantes do coletivo *Female Power* integraram o grupo de pesquisa. Tanto o cronograma dos passos da pesquisa quanto o delineamento do que se queria pesquisar e o projeto de imersão no campo, recebendo o que ele trazia, o que se levaria dele e o que não era possível ver, foram desenhados de forma conjunta, intencionando uma elaboração teórica plural e sensível em concomitância com a criação de vínculos afetivos. Ao todo, foram realizados 23 encontros do PIBIC-EM, sendo 20 presenciais e três no formato online, todos gravados e transcritos.

Assim como na experiência anteriormente narrada, a pesquisa PIBIC-EM se dividiu em dois momentos: primeiro, na formação de pesquisadoras/es, quando foram feitas discussões com as/os bolsistas PIBIC-EM acerca das práticas de pesquisa, bases epistemológicas, éticas e políticas de uma pesquisa com jovens, os passos de uma pesquisa, discussão teórica sobre gênero e sua relação com o cotidiano escolar e definição dos objetivos e instrumentos de investigação. O segundo, a produção de dados das/dos pesquisadoras/es, que consistiu em oficinas artísticas tematizando gênero direcionada para o corpo estudantil, chamada de CURA(DOR)IA.

Essa pesquisa PIBIC-EM teve como principal estratégia a escrevivência (individual, coletiva e social) acerca das questões de gênero articuladas ao cotidiano escolar. Escrevivência é a associação das palavras “escrever” e “viver” e tem em sua concepção inicial o ato de escrita realizadas por mulheres negras, como possibilidade de fala que jorra com os modos de subjetivação de quem as profere, um ato que nasce da vida, das lembranças e das experiências entrelaçadas à ficção. Baseado na escrevivência da escritora Conceição Evaristo (2020), a escrevivência tem um caráter ético-estético-político de engajamento antirracista e descolonial que, em primazia, denuncia a condição feminina e afrodiaspórica. Desse modo, a escrevivência aciona um potencial de elaboração das experiências das juventudes que carregam em seus corpos relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual que reverberam e se atualizam no chão da escola.

A escrevivência é cunhada a partir da memória da experiência da Mãe Preta, aquela que vivia a sua condição de escravizada na casa grande, que ia aos quartos das crianças para contar histórias, cantar e ninar os futuros senhores e senhoras. Para Evaristo (2020), a escrevivência é uma ferramenta ancestral que toma de volta a potência de voz, de criação e de engenhosidade que a casa grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. Através da escrevivência, as/os jovens estudantes desativam vozes opressoras sobre si e, conseqüentemente, ativam suas vozes e, com

Após bolsistas e voluntários PIBIC-EM escreverem acerca de suas vivências sobre sexualidade e gênero no cotidiano escolar, novos agentes escolares foram envolvidos na pesquisa para que a escola fosse ouvida. Assim, no segundo momento, como base da pesquisa a ser feita com a escola, liderada pelos estudantes PIBIC-EM, foi produzido um formulário online que ajudou na identificação do perfil das/os estudantes da escola que escolheram responder ao formulário e que serviu também para a inscrição no evento intitulado CURA(DOR)IA, que contou com oficinas que tomaram forma enquanto culminância da pesquisa em questão. Alguns dados do formulário foram utilizados como tópicos de discussão no evento, pensado como um espaço de acolhimento às questões de gênero e sexualidade, tendo a arte em seu cerne. Após a CURA(DOR)IA, os pesquisadores continuaram se encontrando semanalmente enquanto grupo de pesquisa e partiram para a análise dos dados e a construção da restituição.

No fim do primeiro semestre da pesquisa, foi avaliado coletivamente e decidido que seria utilizado o recurso das oficinas artísticas como ferramenta de pesquisa, construindo, assim, coletivamente, o CURA(DOR)IA. Segundo Kastrup e Barros (2009), as oficinas de práticas artísticas têm como principal movimento-função a explicitação de linhas e forças que acionam processos de modos de subjetivação.

Trinta e dois estudantes, todo o núcleo gestor da escola (composto por uma diretora e quatro coordenadoras/es, quatro professoras/es, duas merendeiras e um porteiro), a equipe de pesquisa e 14 artistas do território do Grande Bom Jardim e nove da UFC participaram da CURA(DOR)IA. A programação contou com uma dinâmica de quebra-gelo, fala de abertura com o núcleo gestor, apresentação da pesquisa pelos bolsistas PIBIC-EM e uma roda de conversa na parte da manhã e aquecimento corporal e oficinas artísticas (grafite, dança, pintura, teatro e artesanato) no período da tarde. Todas as oficinas trabalharam a relação entre gênero e escola através de múltiplas linguagens artísticas. Após as oficinas aconteceram a instalação e a exposição das produções, com o compartilhamento das oficinas e a entrega dos certificados e kits artísticos. A partilha foi o momento de falar e mostrar o que foi produzido nas oficinas e funcionou como um aglutinante, que conectou as partes e fez-ver os pontos de amarração entre elas.

Por último, foram analisadas todas as respostas do formulário online e elencadas cenas analisadoras da CURA(DOR)IA. Cada um desses dados foram discutidos e a análise foi registrada nos diários-escrevintes. Como forma de restituição dos resultados, foi construído o “Ser rede: onde nossos corpos se ancoram?”, que tinha como objetivo criar um espaço de discussão sobre sexualidade, gênero e saúde mental, pensando nas redes de apoios institucionais e afetivos no espaço escolar.

A Figura 3 apresenta uma das folhas do diário-escrevente de uma das pesquisadoras-secundaristas. Apesar de a juventude não ser uma categoria basilar do PIBIC-EM no decorrer do ano de pesquisa, foram sendo atravessados pelo “O que é ser jovem?”. A juventude foi um ponto de encontro para a equipe de pesquisadoras/es. Todas/os estavam circunscritas/os nas juventudes – com s no final, categoria social que reivindica modos de subjetivação múltiplas e diversas. Esse deslocamento para as juventudes colabora para a construção de um olhar mais crítico sobre essas experiências, como uma das pesquisadoras-universitárias coloca na capa do seu diário-escrevente: “A juventude configura um universo social descontínuo e em constante transformação” (Figura 4).

Segundo Diógenes (1998, p. 93), “[a juventude é] tecida em um terreno de constantes transformações”. Desse modo, pesquisar COM juventudes implica em um esforço de considerar

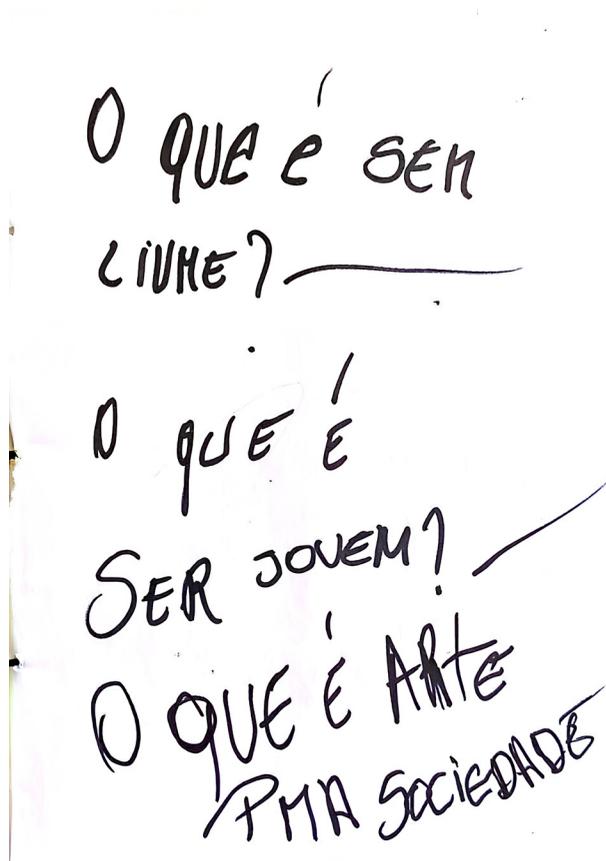


Figura 3 – Trecho do diário de campo.
Fonte: Arquivo pessoal (2022).



Figura 4 – Capa do diário de campo.
Fonte: Arquivo pessoal (2022).

seus pertencimentos, seus campos de interação, suas trajetórias e experiências de forma atenta a essa heterogeneidade. Durante a pesquisa, direciona-se o olhar para as juventudes não mais sob um prisma da representação, mas enquanto sujeitos atuantes e implicados em seus cotidianos (Miranda; Mourão, 2016; Miranda et al., 2017). Não foi COM quaisquer juventudes que foi construída a pesquisa; mas com juventudes negras, periféricas, mulheres e LGBTQIAPN+, assoladas pelo recrudescimento das desigualdades e das violências, traços esses de um sistema moderno-colonial e necropolítico. Segundo Mbembe (2018, p. 152), trata-se das “formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte”; isto é, processos históricos de silenciamento, invisibilização e extermínio das juventudes em sua maioria negra e pobre.

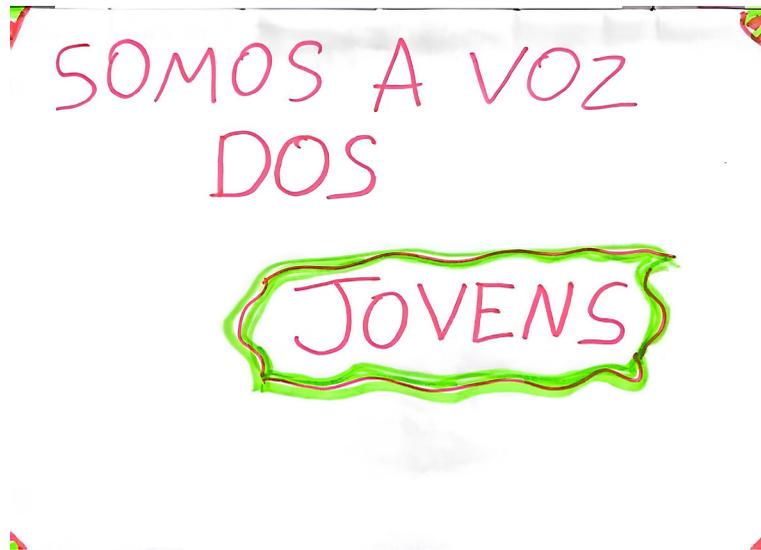


Figura 5 – Folha do diário de campo.
Fonte: Arquivo pessoal (2022).

A Figura 5 apresenta uma das folhas do diário-escrevente de uma das pesquisadoras-secundaristas. Erguer a voz por uma juventude fala de uma participação política social que não é dada para adolescentes. O lugar social dos jovens é entendido como sujeitos que ainda estariam se preparando e se aprimorando para sua entrada na cena política. Espera-se que, ao atingir a maioria (reconhecida pela sociedade), seja aos 16, aos 18 ou aos 21 anos, o jovem passe a se interessar e poder atuar de forma política. Essa maioria consistiria, em última análise, no momento em que os sujeitos teriam chegado ao patamar intelectual e psicológico ideal para se entenderem, entenderem os outros e o mundo, sendo considerados, portanto, aptos a ingressar na sociedade democraticamente organizada, com suas regras, códigos e práticas (Pérez et al., 2008).

A juventude que participou dessa pesquisa e tantas outras juventudes vai de confronto a isso. É uma coletividade de adolescentes que se organiza politicamente, que se manifesta na escola, nos equipamentos e nas ruas, que é voz. Em meio a tantos regimes de autorização discursiva sobre as vozes, jovens querem falar, e, principalmente, ouvir e ser ouvida quanto à vida, à cidade, aos direitos humanos, à arte, ao corpo, ao gênero e à sexualidade, entre outros tantos temas.

O PIBIC-EM possibilitou, de um lado, a institucionalização do vínculo com a escola, assegurando um compromisso tanto da escola como da universidade com o pertencimento da

discussão de gênero, e, por outro, a possibilidade de decolonização da pesquisa, com secundaristas se colocando como pesquisadoras/es. O PIBIC-EM aciona um devir-pesquisador/a, um coletivo de pesquisadoras/es, uma partilha da agência da pesquisa. Por meio do PIBIC-EM inventou-se um modo de pensar/fazer pesquisa em que o sujeito que pesquisa não é um indivíduo, mas um coletivo, é um “nós”, e é justamente nessa possibilidade que se operacionalizou um PIBIC-EM que se inspira na escrevivência como modo de fazer pesquisa. A encruza PIBIC-EM e escrevivência se dá na possibilidade de descolonização do conhecimento. Toma-se o lugar da pesquisa, como direito, assim como se toma o lugar da vida.

Algumas considerações de um percurso ainda em trilhas de porvir...

Retomando o objetivo deste manuscrito, a saber: discutir o PIBIC-EM como dispositivo de formação de jovens pesquisadores para pensar a participação juvenil e o direito à cidadania em escolas da periferia de Fortaleza/CE. Foram destacadas ao longo do texto duas experiências de uma política pública que marcam o programa de incentivo à pesquisa em parceria com o Ensino Médio como forma de fazer ver e falar do cotidiano e das vivências de jovens estudantes. Nas pesquisas realizadas no campo escolar por meio do PIBIC-EM, os estudantes secundaristas assumem um importante protagonismo na elaboração de instrumentos de pesquisas e de uma postura crítica na realização de investigações sobre problemas que surgem como demandas de modificações do cotidiano das instituições educacionais. Além disso, o PIBIC-EM tem se mostrado um espaço fomentador de saberes infanto-juvenis que foram historicamente deslegitimados em detrimento de um recorte geracional centrado no predomínio de uma cultura adultocêntrica (Mayorga, 2019).

Nos encontros com jovens dispostos a aliar escola e universidade em busca da construção de conhecimento e da intervenção em suas comunidades escolares, foram traçados caminhos de ações políticas coletivas que se misturavam e eram parte integrante dos processos de pesquisa. Seja ao fortalecer movimentos acerca das questões de gênero já maquinados no espaço escolar, ou ao mobilizar questionamentos acerca das formas de vinculação entre atores escolares, as pesquisas vinculadas ao PIBIC-EM buscam desestabilizar o lugar de passividade usualmente destinado às juventudes nos espaços escolares, sendo suporte para que suas práticas e suas questões possam ser compartilhadas em um pesquisar-intervir. A diversidade de saberes advindos de diferentes espaços nessa formação corrobora com um fazer-pesquisa que faz frente aos tradicionais métodos científicos. Para Rocha e Aguiar (2003), essa perspectiva de produção de conhecimento dinamiza a relação entre as dicotomias sujeito/objeto, teoria/prática e formação/aplicação. Nessa conjuntura, a relação pesquisador/objeto transborda as fronteiras do saber visibilizado e não se restringe a um conhecimento ou outro, sendo, portanto, construída coletivamente.

Nesse íterim, Maraschin (2004, p. 99) defende a potência da ação de pesquisa de criar “territórios de conhecimentos-subjetividades que põem em movimento, no mesmo ato, conhecimento, intervenção e autoria”. No caso das pesquisas-intervenção aqui apresentadas, essa relação coloca-se de forma mais intensa, pois o encontro entre o pesquisador e os “objetos de pesquisa”, na verdade observadores ativos, provoca transformações em todos os envolvidos. Assim, o ato de pesquisar, defende Maraschin (2004, p. 106), “pode se constituir em uma tecnologia de conhecimento capaz de produzir posições subjetivas de invenção, oferecendo outras possibilidades de existência, de constituição de outros enredos (já que explicar é uma contínua reformulação da experiência com a experiência)”.

Acredita-se que o PIBIC-EM, defendido aqui como dispositivo de pesquisa e de inserção social dentro de um programa de pós-graduação, imprime uma radicalidade nessa relação com os “objetos de pesquisa”. Nos projetos propostos junto ao programa de iniciação científica, jovens secundaristas de escolas públicas não são sujeitos-objetos, mas integrantes da pesquisa, delineando os temas, realizando jornadas teóricas, criando estratégias metodológicas e de análise e discutindo os dados com o seu território escolar. Em cada pesquisa aqui relatada foi produzido um certo contorno ético-estético-político que se constitui de forma singular: a depender da temática, do território escolar, da equipe e do contexto em que ela se inscreve, mas que têm em comum o fato de ser coletivamente performada e o compromisso com a escola pública de qualidade.

Vivendo as vicissitudes dos períodos pandêmico e pós-pandêmico, foram discutidos neste artigo dois processos de pesquisa atravessados pela criatividade e pela iniciativa juvenil. Os pesquisadores mantiveram uma relação com as duas escolas nas quais as pesquisas foram desenvolvidas, que vivem suas idiossincrasias institucionais e que ocupam os territórios de duas periferias de Fortaleza. Mesmo em suas práticas diferenciadas, houve a busca compartilhada por ampliar os olhares para a produção da pesquisa, pretendendo, de um lado, democratizá-la, e, de outro, trabalhar a escola e as juventudes como potências capazes de produzir conhecimento através de quem ali habita. Enquanto uma política pública voltada para as juventudes, o PIBIC-EM pode produzir efeitos na capilaridade do cotidiano juvenil, fortalecendo espaços de ação cidadã de jovens estudantes. Assim, são produzidos sentidos para um fazer implicado, com responsabilidade social e com a transformadora participação das juventudes.

Referências

- Almeida, U. R. et al. A devolutiva como exercício ético-político do pesquisar. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, p. 204-213, 2018.
- Appadurai, A. The right to research. *Globalisation, Societies and Education*, v. 4, n. 2, p. 167-177, 2006.
- Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. O CNPq e a Divulgação Científica. *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*, Brasília, 11 ago. 2013, Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/popularizacao-da-ciencia/o-cnpq-e-a-divulgacao-cientifica>. Acesso em: 11 fev. 2025.
- Brasil. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, p. 49-50, 19 dez. 2018.
- Calderón, A. I., Pedro, R. F.; Vargas, M. C. Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 15 n. 39, p. 1185-1198, 2011. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832011000400017>.
- Castro, L. R.; Menezes, J. A. A economia ‘psíquica’ importa? Descolonização e elementos subjetivos de re-inscrição social. *Revista Polis e Psique*, v. 10, n. 1, p. 107-122, 2020. Doi: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.91087>.
- Diógenes, G. M. S. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. 1998. 124 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.
- Escóssia, L.; Tedesco, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: Passos, E.; Kastrop, V.; Tedesco, S. (ed.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 92-108.
- Evaristo, C. et al. A escriturabilidade e seus subtextos. In: Duarte, C. L.; Nunes, I. R. (org.). *Escriturabilidade: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.
- Garcia, M. R. V.; Torres, A. A. G. Compromisso social da universidade no Brasil: um panorama histórico. In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 16., 2016, Arequipa. *Anais [...]*. Arequipa: UFSC, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/171046>. Acesso em: 11 fev. 2025.

- Kastrup, V.; Barros, R. B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009. v. 1, p. 76-91.
- Lavor Filho, et al. Responsabilidade Social da Universidade (RSU) no Brasil: Uma Revisão Sistemática. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 58, p. 11-31, 2021. Doi: <https://doi.org/10.24840/esc.vi58.149>.
- Lorandi, P. A. Extensão universitária como responsabilidade social: análise de uma prática. *Revista Eventos Pedagógicos*, v. 7, n. 1, p. 148-167, 2016.
- Maraschin, C. Pesquisar e intervir. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 1, p. 98-107, 2004.
- Mayorga, C. Algumas palavras de uma feminista sobre o campo de estudos sobre juventude. In: Colaço, V. F. R. et al. (ed.). *Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 132-141.
- Mbembe, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- Medrado, B.; Spink, M. J.; Méllo, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: Spink, M. J. P. et al. (ed.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 274-294.
- Mignolo, W. Epitemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. *Theory, Culture & Society*, v. 26, p. 159-181, 2009.
- Miranda, L. L. et al. "Como quebrar os padrões sociais?": o racismo no cotidiano de jovens pesquisadores. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 40, p. 1-16, 2020.
- Miranda, L. L. et al. A relação Universidade-Escola na formação de professores: Reflexões de uma pesquisa-intervenção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, p. 301-315, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703005172017>.
- Miranda, L. L. et al. O vídeo como dispositivo na pesquisa com jovens estudantes: contorno(s) estético-ético-político(s). *Revista de Psicologia da UFC*, v. 8, p. 53-64, 2017.
- Miranda, L. L., Fine, M., Torre, M. E. Possible Connections Between Intervention Research (IR-Brazil) and Critical Participatory Action Research (CPAR-USA). *Trends in Psychology*, v. 28, p. 133-147, 2020. Doi: <https://doi.org/10.9788/s43076-019-00004-3>.
- Miranda, L. L.; Mourão, L. C. C. B. Escrever COM: o que isso (re)significa? *Revista Polis e Psique*, v. 6, p. 162-175, 2016.
- Moraes, M.; Tavares, G. Do "Pesquisar COM" ou tecer e destecer fronteiras. In: Bernardes, A. G.; Tavares, G. M.; Moraes, M. (ed.). *Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia*. Vitória: EDUFES, 2014. p. 131-138.
- Oliveira, A.; Bianchetti, L. Iniciação científica júnior: desafios à materialização de um círculo virtuoso. *Ensaio*, v. 26, p. 133-162, 2018.
- Pérez, B. C. et al. Cidadania e participação social: um estudo com crianças no Rio de Janeiro. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 181-191, 2008.
- Rocha, M. L.; Aguiar, K. F. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa Intervenção: referenciais e Dispositivos em Análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000400007>.
- Rocha, M. L.; Aguiar, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>.
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Fortaleza). *Desenvolvimento Humano, por Bairro, em Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://salasituacional.fortaleza.ce.gov.br:8081/acervo/documentById?id=22ef6ea5-8cd2-4f96-ad3c-8e0fd2c39c98>. Acesso em: 11 fev. 2025.
- Soares, M. R. N. et al. (Des)continuidades do fazer pesquisa de iniciação científica - ensino médio em tempos de pandemia de COVID-19. In: Gomes Filho, A. S., et al. (Org.) *Debates contemporâneos em psicologia*. Iguatu, CE: Quipá Editora, p. 19-30, 2021.

Sobrinho, J. D. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 20 n. 3, p. 581-601, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772015000300002>.

Tedesco, A. H.; Sade, C.; Caliman, J. M. E. Pista da entrevista: a entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: Passos, E.; Kastrup, V.; Tedesco, S. (ed.). *Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014. v. 2, p. 92-127.

Torre, M. E. Participatory action research. In: Teo, T. (ed.), *Encyclopedia of Critical Psychology*. New York: Springer, 2014.

Veronese, L. A. A.; Machado, A. M. O pensamento institucionalista e a Psicologia Escolar: desassossegado as lógicas do cotidiano. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 26, p. 1-8, 2022. Doi: <https://doi.org/10.1590/2175-35392022225808>.

Colaboradores

Conceitualização, Aquisição de financiamento, Administração de Projeto, Supervisão, Escrita - Revisão e Edição: L. L. MIRANDA. Conceitualização, Análise formal, Validação, Escrita do Rascunho Original: T. L. LAVOR FILHO. Conceitualização, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita do Rascunho Original: M. R. N. SOARES e A. M. C. BARROS. Conceitualização, Análise Formal e Escrita do Rascunho Original: L. T. L. GONÇALVES.